

A INFLUÊNCIA DA COLONIZAÇÃO NA FORMAÇÃO DO POVO BRASILEIRO: UM ESTUDO DO IMPACTO NO COMPORTAMENTO DESTA GENTE

Nadir Chagas Ribeiro dos Santos¹

RESUMO

Este trabalho focou a influência da colonização na formação social, cultural, econômica e política do povo brasileiro e seu respectivo impacto no comportamento dessa gente. Teve como objetivo investigar se havia parâmetros para identificar um inconsciente coletivo cujas manifestações levariam os brasileiros a agirem e reagirem de maneiras peculiares e distintas dos demais povos. Baseou-se na interface das óticas psicanalítica, antropológica e jornalística, promovendo, como resultado, uma reflexão multidisciplinar. O percurso da pesquisa apontou comportamentos sociais reproduzidos historicamente nas relações de poder bem como no trato social e político; também indicou diferenças socioeconômicas que contribuíram para a formação da mentalidade do brasileiro, considerando-se, especialmente, a trajetória dos imigrantes e as construções do conceito de nação brasileira. Mostrou também as dificuldades com o enraizamento e projeto de formação de um país a partir de suas matrizes. Relativamente à prática de aconselhamento, constatou-se que os parâmetros de construção de mentalidade de um povo propiciam uma abordagem qualificada do conselheiro e demandam, por sua vez, uma escuta sensível do sofrimento presente nas relações sociais e afetivas.

Palavras-chaves: povo brasileiro, formação cultural, inconsciente coletivo, aconselhamento, comportamento, escuta sensível.

ABSTRACT:

This research focuses the influence of colonization on social, cultural, economic and political formation of the Brazilian people and the impact thereof on their behavior. The purpose was to investigate whether there were parameters to identify a collective unconsciousness which would influence Brazilians to act and react in a peculiar way, which is distinct from other peoples. The guideline to carry on such directive was the interface of psychoanalytic, anthropologic and journalistic perspectives which provided, as a result, a multidisciplinary reflection. The research's journey lead to a historical social pattern of behavior implemented by authorities and adopted within social and political relationships. It also identified social and economic differences that contributed to the formation of the Brazilian mentality, such as the history of immigrants and the construction of the concept of a Brazilian nation. It showed as well the difficulties related to settlement and the formation of a country from its matrices. As far as counseling is concerned, it has been noticed that the parameters to the construction of a people's mentality provide the counselor with a new approach and demand from him an accurate listening which is more sensitive towards the suffering present within social and affective relationships.

Keywords: Brazilian people, cultural education, collective unconsciousness, counseling; behavior, sensitive listening.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é ponderar sobre qual seria a razão pela qual os brasileiros referem-se a determinados comportamentos de seus compatriotas utilizando-se de comentários e expressões similares a “tinha que ser brasileiro mesmo”.

A frase, praticamente um *slogan* ou bordão nacional, pode ter uma conotação positiva, mas, em geral, carrega consigo um tom depreciativo, pejorativo, de desaprovação. Exemplo: diante de uma situação em que alguém obtém vantagem indevida, a indignação comumente leva à referida expressão, sugerindo que o próprio brasileiro, inconscientemente, identifica aquela atitude como típica de sua gente. A expressão também é utilizada quando um brasileiro reage de forma divertida em face de uma situação na qual a reação seria oposta, não fosse o fato de ser brasileiro. Há um “jeito” de ser brasileiro, que é reconhecido, inclusive, por estrangeiros.

Afinal, o que fez com que a sociedade brasileira se transformasse, sob este aspecto, no que é hoje? Quais influências seus antepassados exerceram para que seus descendentes desenvolvessem características que os identificam como “brasileiros” aos seus próprios olhos, agindo e reagindo como o fazem?

O que o fato de ser brasileiro tem a ver com comportamentos específicos? E por que o próprio brasileiro identifica-os como típicos de sua gente? Haveria um inconsciente coletivo nacional que levaria o brasileiro a comportamentos típicos, que se repetem por gerações e que são identificados, pelos próprios brasileiros, como peculiares à nacionalidade?

A resposta não seria por conta da tez nem tampouco do nome ou sobrenome que carregam, pois há Silvas, Martinezes, Nakamuras, Schneiders, Smiths, Kassabs, Abduls, descendentes de índios, africanos, europeus e asiáticos, todos brasileiros, mas provenientes de várias nacionalidades.

É por conta de incógnitas como essas que a pesquisadora se propôs a investigar a formação do brasileiro a partir da perspectiva de três distintos profissionais: um psicanalista (CALLIGARIS, 1991), um antropólogo (RIBEIRO, 2006) e um jornalista/investigador (GOMES, 2007). Para tanto, utilizou-se das obras “*Hello Brasil! Notas de um psicanalista europeu viajando ao Brasil*” (referida neste artigo apenas como “*Hello, Brasil!*”); “*O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*” (referida neste artigo apenas como “*O Povo Bra-*

sileiro”), e “1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil” (referida neste artigo apenas como “1808”), respectivamente, dos autores anteriormente citados.

Em função da abrangência, complexidade e multidisciplinariedade do tema, a pesquisadora não se propôs a esgotar o assunto, mas devido às diversas alternativas para se contemplar a questão, pretendeu apresentar uma opção de parâmetros para reflexão.

A relevância deste tema encontra fundamento na contínua expansão da interação do Brasil com outros povos, na constatação da escassez de literatura no vernáculo, em contraste com a crescente demanda por conhecimento e na dinâmica dos processos psicossociais e culturais imbuídos nas relações cotidianas e históricas.

Sendo o Brasil uma nação relativamente jovem, se comparada às orientais, a produção de trabalhos científicos que explorem e esclareçam sobre o ser brasileiro é relevante para sua expansão e progresso.

A pesquisadora defende que avaliar esta característica proporcionará significativos benefícios para a interação de brasileiros com seus compatriotas bem como com outros povos, contribuindo para o desenvolvimento da antropologia, educação, política, cultura, ciência, literatura, negócios, especialmente em função do atual contexto internacional e da participação do Brasil nesse cenário.

O trabalho original foi apresentado em três capítulos e, para atender as especificações desta publicação, será dividido em três artigos.

Nesta oportunidade, o artigo refletirá o primeiro capítulo da obra, abordando a formação do povo brasileiro a partir de uma perspectiva psicanalítica, baseado na obra “*Hello, Brasil!*”, de CALLIGARIS (1991).

O segundo artigo terá como foco a formação desta gente sob uma concepção antropológica, tendo como fundamento “*O povo brasileiro*”, de Darcy RIBEIRO (2006).

E finalmente, sob a ótica jornalística-investigativa, será apresentada a formação do Brasil, tendo como base o livro “*1808*”, de Laurentino GOMES (2007).

A perspectiva psicanalítica sobre a formação do povo brasileiro, a partir de “*Hello Brasil!*”, de Contardo Calligaris¹

“*Pensamento gera comportamento.*”

O que os outros dizem a respeito de alguém pode não ser inteiramente verdade, mas é como eles o enxergam. E alguma razão deve haver para que tenham tal opinião, seja por conta do que os observadores são, ou por conta de como os observados se comportam, ou ambos.

Calligaris (1991), no primeiro capítulo de *Hello, Brasil!*, expressa sua estupefação ao ouvir dos próprios brasileiros a frase: “Este país não presta” (CALLIGARIS, 1991, p.13). E, como psicanalista, prossegue:

deve haver alguma razão que coloca os brasileiros, com respeito a sua própria identidade nacional, em uma curiosa exclusão interna, que permite articular a frase que me interpela. Esta razão não deve datar de hoje (CALLIGARIS, 1991, p.14).

Ao avaliar algumas “falas brasileiras” (“Brasil, ame-o ou deixe-o” ou “o último a sair apague as luzes”), o psicanalista detecta um problema nacional: neste país falta “umtegração” (CALLIGARIS, 1991, p.14), um neologismo que caracteriza a dificuldade dos filhos de uma nação de se perceberem como “UM”. E esclarece: no Brasil não falta patriotismo, mas a condição para o fundamento da filiação nacional, cuja ausência levaria os brasileiros a falarem do Brasil como se estrangeiros fossem. Acrescenta que essa peculiaridade não seria somente dos indivíduos, uma vez que a mídia também reflete esse sentimento, como foi o caso da capa de uma revista *Isto é*, onde se via o Brasil derretendo e sumindo pelo ralo de um esgoto (CALLIGARIS, 1991, p.15).

Para Calligaris, independente de sua história ou posição social, o discurso do brasileiro traz consigo as figuras do **colonizador**, do **colono** e do **escravo**, e esclarece a diferença entre eles.

O **colonizador**, o explorador da terra, segundo o autor, deveria ter estabelecido limites e regras para que outros colonizadores e demais estrangeiros se relacionassem com a terra. Em linguagem psicanalítica, deveria ter assumido a função de interditar o corpo materno², deveria ter imposto a língua (CALLIGARIS, 1991, p.16).³ Ou seja, se o colonizador tivesse assumido a terra como sua, como um marido faz com sua esposa, protegendo-a, honrando-a e respeitando-a, sua atitude faria com que todos os demais que com ela se

relacionassem, inclusive seus próprios filhos, fizessem o mesmo; mas, ao contrário, o colonizador optou por manejar esta terra como faz o estuprador: sem respeito, sem afeição, sem interesse de responsabilizar-se por ela ou de apresentá-la como sua, de defendê-la. Ademais, prossegue, o colonizador nunca encontrou felicidade ao possuí-la - sentia-se na liberdade de subjugá-la, mas o fazia como quem possuía uma prostituta. Ainda que a terra (ou figurativamente, o corpo materno) mostrasse prazer em estar em suas mãos (e retribuísse gozando, ou seja, com seus frutos), não era com este corpo que ele (colonizador) preferiria estar: o colonizador sempre preferiu, ostensivamente, a Europa. Dessa forma, o Brasil (o corpo que o colonizador tem em suas mãos) era somente para ser explorado até o fim, sem compromissos, sem afeição, sem vínculo ou filiação, com desdém e desprezo. Dessa forma, os filhos aqui gerados representavam, para o colonizador, uma descendência bastarda. Assim, o colonizador podia dizer deste corpo: ele não presta – e ao mesmo tempo que o possui, o despreza.

Na sequência, Calligaris apresenta a figura do **colono**: aquele que optou por abandonar a língua materna (ou seja, sua própria nação) com a expectativa de adotar uma nova (língua e nação). Diferentemente do colonizador, o objetivo do colono não era gozar da terra como se fosse uma prostituta, mas construir nela um nome, um lar. Em linguagem psicanalítica, o colono buscava um pai que o interditasse do corpo materno⁴, ou seja, queria um pai que demonstrasse amor, respeito, compromisso e afeição para com o corpo materno (a terra). A figura do colono é aquela de um homem que parte de sua pátria com toda a família em busca de um novo lar, com a expectativa de construir a vida, formar descendência e estabelecer-se neste novo lugar. Mas para sua decepção, o país que o recebeu não soube ser pai (ou seja, não estabeleceu a filiação nacional esperada, não o acolheu), não por que o deixou de fora, mas porque não o interditou. O colono não encontrou quem regulamentasse a relação dele para com o corpo, ou seja, quem impusesse limites para o apetite do gozo (CALLIGARIS, 1991, p. 21), e organizasse um quadro social que lhe outorgasse cidadania. E destaca: a questão não era se o colono tinha ou não conseguido ser, financeiramente, bem sucedido, mas sim a falta do interdito paterno. Calligaris constatou que descendentes de italianos mantinham o discurso de que o “país não presta”, mas não se propunham a voltar para a Itália, alegando poucas condições, apesar de possuírem restaurantes rentáveis.

Para Calligaris, a explicação do ressentimento do colono talvez seja em função de ele haver abandonado e renunciado sua língua porque esta não o reconheceu como sujeito, e ao mesmo tempo carregar a vergonha de não ter podido tornar-se brasileiro: como consequência, ele (colono) ficou sem identidade.

Calligaris relata que a frase “este país não presta” assumia significações distintas, dependendo de quem a pronunciasse: se partisse do colonizador, a conotação seria de que haveria um momento em que o país deixaria de “gozar” como no início, ou seja, que ele teria eventualmente nas mãos algo que não corresponderia com o vigor de outrora; por outro lado, se partisse do colono, a conotação seria de que o pai (colonizador) não interditava nada e mesmo que ele (colono) se tornasse rico nesta terra e se conquistasse um nome, sentir-se-ia equiparado ao colonizador, que para ele (colono), era um bandido.

Calligaris apresenta sua consideração em relação à identidade de “brasileiro”: ao batizarem os nacionais com tal nome, os colonizadores estariam relacionando os filhos da terra ao produto de sua exploração, ou seja, ao pau-brasil, confundindo assim o objeto explorado com a identidade da nação. Dessa forma, o brasileiro, para o colonizador, nada mais era do que a personificação do objeto de sua exploração (pau-brasil) ao colono (explorado).

Na sequência, o autor apresenta o “**escravo**”, uma figura iludida pela mentira do contrato assinado na Europa. Ele embarca para o Brasil com um contrato assinado por uma autoridade que lhe confere um sonho de felicidade, mas ao chegar, depara-se com condições precárias, que transformam-no em escravo branco, sem condições de apelar para alguém que lhe faça justiça, pois a autoridade nada mais é do que um braço armado do colonizador.

Há que se fazer um parêntese para se destacar um contraste entre a colonização dos EUA e a do Brasil: lá, o governo federal outorgou não somente a posse, mas a propriedade das terras bandeiradas; cá, pelo menos para o colono e escravo, coube a obrigação de se dar, sem a retribuição esperada. E com um agravante: o escravo era uma extensão da terra, ou seja, também uma propriedade, um bem semovente, equiparado a um animal de carga.

Calligaris passa então a discorrer sobre os descendentes do colonizador e do colono e a relação desses com seus pais, face às decepções e frustrações de um e outro: para o colonizador, o sonho que veio procurar e que necessariamente não encontrou, sonha para seus filhos (CALLIGARIS, 1991, p.48) e ao transmitir tal esperança, desiste de ser pai, ou seja, desiste de impor respeito na relação de seu filho para com a terra. Dessa forma, o filho do colonizador carrega o encargo de realizar o sonho paterno, tendo-lhe sido incutida a ideia de que ser brasileiro é “gozar sem limites”, sem compromisso nem respeito para com a terra.

Em contrapartida, no caso do colono, a questão refere-se à esperança daquele de encontrar um pai no Brasil, construir um nome e assim projetar, no filho, a esperança frustrada que experimentou.

Dessa forma, os herdeiros de ambos, colonizador e colono, carregam consigo o fardo e função de realizar um sonho paterno, e enquanto procrastinarem a elaboração de suas próprias frustrações (e a de seus ascendentes), não conseguirão satisfazer-se como indivíduos.

os psicanalistas sabem que quanto mais um sujeito cuida das suas frustrações (que são também aquelas que lhe foram transmitidas), tanto menos ele consegue propriamente exercer o seu desejo. Normalmente, a palavra paterna que – interditando – outorga um lugar, ajuda a desejar. Mas o que acontece quando a palavra paterna transmite privilegiadamente a tarefa de realizar gozando o sonho paterno? Acontece, no mínimo, que ela se abstém de interditar por medo de frustrar a criança, ou seja, sobretudo de frustrar o próprio sonho do pai (CALLIGARIS, 1991, p.50).

No entender de Calligaris, ambos, colonizadores e colonos envolvem seus herdeiros em um círculo vicioso por conta da falta de significante paterno: transformam-nos em eternos bastardos de pátria, que para corresponder ao desejo de seus ascendentes, de forma paradoxal, burlam a lei e impunemente desintegram a sociedade (CALLIGARIS, 1991, p. 48). A pátria transforma-se em um paraíso para esses descendentes, que sem interdição paterna, recebem dos próprios pais a seguinte orientação: “goza tu, meu filho, pelo menos tu, é isso que quero” (CALLIGARIS, 1991, p. 48) – e assim os descendentes poderiam ir à desforra com a frustração experimentada pelos ascendentes.

Após apresentar as figuras antes mencionadas e seu papel na formação da identidade nacional, Calligaris discorre sobre a função paterna e o que entende ser o sustentáculo da corrupção no Brasil, que por sua vez, justifica a frase “esse país não presta”.

Como resultado da decepção por haver se deparado com aquela figura paterna desempenhada pelo colonizador, o colono passa a relacionar-se com a autoridade de forma cínica, porque afinal, a função paterna “normalmente se mede pelo gozo que interdita e eventualmente imaginariza e não pelo gozo que permite” (CALLIGARIS, 1991, p. 61). Para o autor, em função da obscena orientação para o gozo, esse descendente aprendeu apenas a experimentar privilégios e exibir potência.

Sob esta ótica, o sucesso passa a ser medido pelo poder e pela quantidade de bens materiais amealhados, desconsiderando-se o valor intangível de um nome e das verdadeiras amizades. Sendo esta atitude concebida, gera o clientelismo e nasce a corrupção: a autoridade passa a ser aquela criatura que exhibe e esbanja recursos para ostentar seu valor e poder, e o faz sendo dadivoso, para que possa ser credor daqueles que recebem suas benesses. E isso tende a crescer e perpetuar-se, pois aquele que recebe os favores não quer perdê-los e, para isso, sustenta com tudo que for necessário aquele que lhe favorece. Por outro lado, aquele que está no poder sabe que, para se manter, precisa sustentar sua base. Assim opera o sustentáculo da corrupção no país: quanto mais pródigo e sinais de riqueza o ocupante de um cargo puder ostentar, mais se sustenta naquele cargo, pois a medida de disponibilidade de recursos estaria diretamente relacionada à demonstração de seu poder (de compra) - o clientelismo.

Para Calligaris, “uma referência paterna que valesse simbolicamente seria imediatamente desacreditada pela sua própria (suspeita) prodigalidade” (CALLIGARIS, 1991, p.64). Mas no Brasil acontece o contrário: “a exibição da potência real, e em última instância, da corrupção, valida a autoridade e impõe uma fidelidade que é signo de respeito”. Dessa forma, os “súditos” desse império alimentam o cinismo do sistema, recebendo as benesses dos padrinhos e mantendo-os no poder, para eternizar o círculo vicioso. Isso implica em um poder que se transmite de pai para filho (ou afilhado político), transformando toda a função pública em uma dispendiosa cadeia de incompetência.

No Brasil falta a função paterna e Calligaris explica o que isso seria:

algo que me limita, me coíbe e, por assim dizer, em troca, me outorga cidadania, um lugar simbólico e alguns ideais básicos de referencia. Contudo, aqui no Brasil, é pedido que se legitima não me limitando, mas ao contrário, me presenteando com a sua prodigalidade. O Pai ao qual se aspira seria aquele que não interditaria a mãe, mas que ao contrario organizasse festivamente uma pródiga repartição de seu corpo. De repente esta função paterna se parece singularmente com uma função mais materna, pois o homem de poder no final das contas vira vaca leiteira ... O inconveniente desta situação – além do desperdício e da falta eventual de leite – é que ela é simbolicamente improdutiva. ... Quem quer encontrar um pai que o alivie deste angustiante circuito materno – e é certamente o caso do colono – terá que escolher como recurso um pai mesmo, que valha, como dizem os nossos vizinhos, pelos seus *cojones* e, finalmente, nos interdite algo (CALLIGARIS, 1991, p.80).

E conclui o pensamento:

... todo mundo lamenta a falta de vergonha na cara do vizinho, o que não impede a imediata disposição de cada um em participar da festa, venerando e respeitando aquele que o convida... todo mundo pode sonhar, tal como o colonizador, com um pai de brincadeira, que abra o *decolleté* materno e querer, tal como o colono, que um pai de verdade nos restitua a dignidade de filhos, fechando o mesmo *decolleté* (CALLIGARIS,1991, p.81).

Desta forma, o brasileiro pode indignar-se com o colonizador, mas busca favores, disposto a se compor, corromper e ser corrompido.

Calligaris reporta-se a Jacques Lacan e a Marcel Maus para discorrer sobre a marginalidade e criminalidade, e o faz por meio da seguinte citação: “Quando os laços são reais, os atos devem ser simbólicos; quando os laços são simbólicos, os atos podem ser reais” (CALLIGARIS,1991, p.109), explicando o que segue:

... quando os laços sociais – quer dizer, os laços que deveriam outorgar a um sujeito o seu lugar, por exemplo, de filho ou de cidadão – são reais, ou seja, simbolicamente pouco consistentes, então os atos do sujeito devem ser simbólicos. Ou seja: o sujeito vai ter que esperar de seus atos que eles ganhem para ele algum lugar simbólico que os laços não lhe garantem. Tomemos um exemplo no quadro familiar, que é o espaço dos laços sociais básicos. Um pai pode se sustentar como pai pela via da violência real (você me obedece porque eu sou mais forte e você apanha) ou então pela via simbólica (você me obedece porque eu sou o seu pai). No segundo caso, reconhecer a autoridade paterna é ao mesmo tempo ganhar o lugar de filho. No primeiro, se submeter a violência exercida não significa ganhar lugar nenhum a não ser o de espera de poder – crescendo – prevalecer um dia pela mesma violência. E há destituições da via simbólica que não passam necessariamente pela violência; por exemplo, o pai soft-moderno: você me obedece porque a ciência razoavelmente demonstra que a minha interdição é bem fundada. Há uma diferença relevante entre proibir um menino de se dependurar na janela porque está proibido, ou então, explicar-lhe que, sendo o peso da cabeça comparativamente maior do que o peso do corpo, Arquimedes demonstrou que não é aconselhando se dependurar na janela. A versão soft compromete o valor simbólico dos laços, pois o próprio do simbólico é que ele é arbitrário: a justificação o enfraquece. Há outros casos: por exemplo, o de uma extrema miséria familiar, na qual o pai não é reconhecível socialmente como cidadão. Será então impossível que ele valha simbolicamente para o filho, e só poderá valer, realmente, como simples genitor ou como déspota (CALLIGARIS,1991, p.11).

Isso significa que, na situação acima, em que não estão presentes os laços simbólicos, a pessoa somente poderia experimentar a filiação ou a cidadania por meio de seus atos, que seriam necessariamente marginais, fora da lei. Uma vez que não há lei simbólica, na ânsia por encontrá-la, a pessoa precisa fundá-la. Seria, então, por meio desse ato marginal, criminoso ou delinquente, que o sujeito encontraria a lei e construiria um nome que não recebeu. É paradoxal que assim a pessoa espera encontrar a lei. Ao contrário, quando os laços são simbólicos, o indivíduo se satisfaz com o reconhecimento da filiação e cidadania.

Com base nesta premissa, passa então a inserir o colonizador e o colono neste contexto, em que ambos se encontram excluídos de uma cadeia de filiação e o colonizador impõe sua força escravizando o colono, que por sua vez resiste e passa a praticar atos que inaugurem os laços simbólicos. E, portanto, ambos são fora da lei: o colonizador, explorador, e o colono, um não-cidadão.

Dessa forma, igualmente se explica a sonegação: o pagamento de impostos não proporciona retorno algum; ao contrário, implica em exploração. A propósito, a imagem do leão do imposto de renda personificaria ainda mais a fome do colonizador.

Em suma, a lei somente seria benéfica para o colonizador explorador, enquanto que ao colono caberia a sonegação e desconfiança em deixar nas mãos do Estado o gerenciamento de seus recursos. É com esse fundamento que o colono implementa suas próprias leis e maneira de viver. Daí concluir-se que o Brasil é ainda hoje um país de colonizadores e colonos, e não de cidadãos.

Calligaris apresenta um círculo vicioso em relação ao consumismo e aos laços simbólicos: o ideal dominante (que é decorrente da ausência de laços simbólicos) é ter acesso a bens de consumo, que por sua vez acaba por extrair do sujeito seu valor, pois ser alguém é possuir coisas. E para possuir coisas (na busca de ser alguém) necessariamente o sujeito precisa focar em angariar tais bens, que, conseqüentemente, se fazem acompanhar da ausência de laços simbólicos, retornando ao ciclo inicial (CALLIGARIS, 1991, p. 119).

O consumo e desperdício no Brasil também chamaram a atenção do autor, para quem “a aquisição de um bem é uma glória quando é fruto de uma ponderação perfeita entre a necessidade, duração e chance de valorização” (CALLIGARIS, 1991, p. 127). Para Calligaris, a necessidade do brasileiro de

consumir talvez se explique por conta da relação do colonizador com a terra e com o escravo, cujo objeto é o gozo: o sujeito explora sem preservar, gasta e desgasta (o outro) para valer, ou seja, para ter valor, precisa demonstrar poder (de gastar, por exemplo).

Uma das últimas considerações de Calligaris é que no Brasil “falta pai” E cita uma célebre frase atribuída a *De Galle*: “*ce pays n’est pas sérieux*” (CALLIGARIS, 1991, p.152). Calligaris afirma que, tendo sido o Brasil formado, grande parte, a partir de imigrantes, ao deixarem sua pátria, abandonaram e reprimiram aquela filiação em busca de outro Pai, a quem têm que agradar para serem aceitos. Ou seja, o novo Pai cobrará desse filho um tributo, para que seu exílio seja permanente. Há nessa relação um círculo vicioso, em que o filho jamais cessará de querer agradar ao Pai, o que implica em o Brasil querer sempre agradar as grandes potências.

Calligaris cita uma descoberta de Freud para explicar esta questão: “o que o sujeito reprime, ele acaba pedindo como se dissesse o outro o frustrasse” (CALLIGARIS, 1991, p.154). E assim retoma a questão do país que não presta: ao deixar seu país de origem, ou seja, sua filiação, o imigrante acabará pedindo ao novo Pai que lhe permita participar do mesmo gozo, o que não acontecerá sem o pagamento do tributo. E para compensar a frustração de haver perdido sua primeira filiação em uma situação em que tenha que pagar tributo para ser aceito como filho, desenvolve-se um ambiente sem referência moral, sem valores, em que tudo é possível, desde que negociado. E nesse ambiente, questiona como poderia o filho encontrar seu caminho quando seu pai só pensa em gozar do corpo dos próprios filhos.

Dessa forma foi que se estabeleceram as relações sociais no Brasil, perpetuando-se, exceto no discurso, a cultura de exploração: aquele que consegue se libertar da condição de colono/escravo passa a exercer o papel de colonizador/explorador. Como consequência, perpetuam-se as condições de miséria e injustiça na sociedade brasileira, como que em um legado, um testamento a ser explorado, de geração em geração.

A explicação sobre o motivo pelo qual os explorados não se insurgem contra o sistema seria decorrente da suposta integração familiar (ou social) entre explorados e exploradores, onde o primeiro sente-se honrado em ser “enteado” do segundo e espera poder usufruir das benesses do explorador.

Ao concluir sua obra, Calligaris ressalta: “qualquer País colonial deveria ser uma terra de eleição para a psicanálise” (CALLIGARIS, 1991, p.156), pois a verdade está ao lado de um passado esquecido.

Considerações da pesquisadora: após cinco séculos de descobrimento, diante de possibilidades de interagir com outros povos, face à diversidade de conhecimento e tecnologia disponíveis, optar por manter, ignorar ou defender hábitos e costumes que não contribuem para a construção de uma nação justa, próspera, solidária não é condizente com os valores defendidos em um estado democrático de direito, muito menos por aqueles que professam a fé cristã.

O próximo artigo, o segundo de três, apresentará a formação desta gente sob uma concepção antropológica, tendo como fundamento “*O povo brasileiro*”, de Darcy RIBEIRO.

“... todo homem partilha a responsabilidade e a culpa pela sociedade a qual pertence.” Henrik Ibsen

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALLIGARIS, Contardo. *Hello Brasil! Notas de um psicanalista europeu viajando ao Brasil*. São Paulo: Editora Escuta. 1991. 1ª edição.

GOMES, Laurentino. *1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007. 2ª edição.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 12ª reimpressão.

¹ Advogada e tradutora, pós-graduada em Aconselhamento e Direito internacional. Nadir.chagas@gmail.com

² Psicanalista, italiano, vivia e clinicava no Brasil há alguns anos quando escreveu tal obra.

³ Corpo da mãe, nesse caso, significa a terra, ou seja, o Brasil.

⁴ MELMAN apud CALLIGARIS: esclarecimento teórico sobre o que seria a língua materna: é língua do inconsciente na qual cada um institui a dimensão simbólica de um pai que o aceita numa filiação, a condição de interditar algo que passa a ser o corpo materno.

⁵ O pai que interdita o corpo materno impõe respeito dos filhos que com tal corpo se relacionem.